

O “ser mulher” na Revista Feminina (1914-1920): uma perspectiva decolonial¹.

68

Daniela Oliveira Ramos dos Passos²

Resumo

O objetivo desse artigo é o de investigar as relações entre colonialidade do poder, do saber e do ser como perspectiva analítica para compreender as proposições do “ser mulher” apresentadas na Revista Feminina, no período compreendido entre 1914 ao final da década de 1920. A escolha do periódico se justifica por ter sido escrito e produzido por e para mulheres. Pretende-se com esse trabalho problematizar o discurso eurocentrado da revista. A abordagem metodológica apresenta uma primeira leitura flutuante dos textos da revista e em seguida foi organizado temas e categorias de análise que foram exploradas com recurso da bibliografia dos campos da história e da história da educação. Como conclusão, observa-se que predomina na revista o objetivo de difundir um modelo de “ser mulher” eurocêntrico, branca e universal, tal como expresso, por exemplo, nas crônicas, ilustrações de moda e nas propagandas.

Palavras-chave

Mulheres; Educação; Revista Feminina; História Decolonial.

Recebido em: 18.05.2026
Aprovado em: 30.06.2026

¹ Esse trabalho é fruto da pesquisa de pós-doutoramento realizado na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG), entre os anos de 2023-2025 sob a supervisão da professora Dra. Cynthia Greive Veiga.

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2016). Professora na Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/CBH/UEMG). Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação stricto sensu - Educação e Formação Humana - PPGE/FaE/UEMG. E-mail: daniela.passos@uemg.br.
<https://orcid.org/0000-0002-3087-0694>

"Being a woman" in Revista Feminina (1914-1920): a decolonial perspective

Abstract

The aim of this article is to investigate the relationship between the coloniality of power, knowledge and being as an analytical perspective for understanding the propositions of "being a woman" presented in Revista Feminina between 1914 and the end of the 1920s. The journal was chosen because it was written and produced by and for women. The aim of this work is to problematize the magazine's Eurocentric discourse. The methodological approach involves first reading the texts in the magazine and then organizing themes and categories of analysis that were explored using bibliography from the fields of history and the history of education. The conclusion is that the magazine's predominant aim is to disseminate a model of "being a woman" that is Eurocentric, white and universal, as expressed, for example, in the chronicles, fashion illustrations and advertisements.

Keywords

Women; Education; Women's Magazine; Decolonial History.

O “ser mulher” na Revista Feminina (1914-1920): uma perspectiva decolonial.

Nas últimas décadas tem crescido, no Brasil, o número de trabalhos sobre as abordagens do feminismo a partir da América Latina - Abya Yala³ (Porto-Gonçalves, 2009, p. 25). As análises do feminismo dos chamados “países periféricos” e de sua relação de dependência com os feminismos dos EUA e dos países da Europa passaram a ser vistos de forma mais complexa a ponto de desconstruir o mito a unidade do conceito “mulher”.

A partir da repressão violenta, profunda e duradora para indígenas e negros – tidos como subcultura, iletrados e despojados de herança cultural, os colonizadores europeus reprimiram as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, de universo simbólico, de expressão e objetivação das subjetividades. As nações europeias forçaram os colonizados a aprender a cultura dos dominadores, inclusive a classificação etnocêntrica do termo raça (Quijano, 2005).

Os europeus geraram uma nova perspectiva cultural e temporal da história e re-situaram os povos colonizados, bem como suas respectivas histórias e culturas, no passado de uma trajetória histórica, cuja culminação era a Europa (Quijano, 2005, p. 111).

Ou seja, os europeus ocidentais pensavam-se como os modernos da humanidade e de sua história, sentiam-se superiores e portadores exclusivos da modernidade. As outras formas de ser, as outras formas de organização da sociedade, as outras formas de conhecimento, foram transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas (Veiga, 2019).

De acordo com Anibal Quijano (2005), na perspectiva da modernidade eurocêntrica do século XIX, a Europa se autodenominou “civilizada” e a partir desse ideal, disseminou o modelo dos estados nações europeias como sendo a única organização social possível para o desenvolvimento dos povos. A Europa impôs seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta, se

³ Na língua do povo Kuna, significa terra madura, terra viva ou terra em florescimento e é sinônimo de América. O povo Kuna é originário da Serra Nevada, no norte da Colômbia, tendo habitado a região do Golfo de Urabá e das montanhas de Darien e vive atualmente na costa caribenha do Panamá na Comarca de Kuna Yala (San Blas). Abya Yala vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente como contraponto ao termo América.

tornando conhecida por seu “sistema mundo” (Immanuel Maurice Wallerstein): hegemonia e controle de todas as formas de subjetividades, cultura e, em especial, do conhecimento e da produção deste.

O conceito de colonialidade do poder foi desenvolvido por Aníbal Quijano (2005), e diz respeito à dimensão econômica, política e social das heranças coloniais, ou seja, trata-se da constituição de um poder mundial capitalista, moderno/colonial e eurocentrado a partir da criação da ideia de raça, que foi biologicamente imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores. Partindo desse pressuposto instaurou-se um domínio do colonizador sobre os colonizados que persiste vigente mesmo após a descolonização. Já a colonialidade do saber problematiza como o conjunto das epistemologias e da produção de conhecimento na tradição europeia reproduzem os regimes de pensamento colonial. E por sua vez, colonialidade do ser se refere, então, à experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem e na construção da subjetividade.

Assim, o objetivo desse trabalho é o investigar as relações entre colonialidade do poder, do saber e do ser (Quijano, 2005) como perspectiva analítica para compreender as proposições do “ser mulher” apresentadas na Revista Feminina, no período compreendido entre 1914 e fins da década de 1920. Portanto, pretende-se problematizar o discurso eurocentrado da revista por meio das seguintes questões: quais foram às estratégias, discursivas e imagéticas, usadas na revista, para divulgar um modelo universalizado de mulher? Quais os “meios civilizadores” que são apresentados a fim de educar/inculcar padrões de costumes e hábitos de um suposto “universo feminino”?

A escolha do periódico se justifica por ter sido escrito e produzido por e para mulheres, sendo que esse periódico era de propriedade da Empresa Feminina Brasileira, que fabricava e comercializava produtos destinados às mulheres. Como diretora-proprietária destaca-se o nome Virginia de Souza Salles 1914-1919 e posteriormente de Avelina de Souza 1919-1926. Para análise da Revista Feminina como fonte principal de pesquisa tomou-se as discussões metodológicas específicas sobre o uso de impresso como fonte, em que, após uma primeira leitura dos textos da revista, organizou-se os temas e categorias de análise, problematizadas por meio de bibliografia dos campos da história e história da educação.

Para apresentar o texto, dividimos este artigo em duas partes. Na primeira, apresentamos o estudo da imprensa feminina como processo de formação educativa e a Revista Feminina com os elementos que se destacam nesse impresso. Em seguida, abordamos os dados coletados e a análise da Revista Feminina problematizando o discurso eurocentrado do periódico.

Imprensa e a Revista Feminina

O estudo da imprensa como processo de formação educativa – não apenas a escolar – tem sido fonte de análise no Brasil nas últimas décadas. As primeiras revistas femininas dirigidas para e por mulheres tem suas primeiras impressões na segunda metade do século XIX. Provavelmente o surgimento de jornais ou revistas femininos estava relacionado as mudanças pelas quais passava a sociedade brasileira, processo deflagrado com a vinda da família real para o Brasil em 1808. Os primeiros impressos femininos se dedicavam em sua maioria a tratar de assuntos relacionados a moda e a literatura. Na década de 1840 a imprensa começou a se estabilizar, principalmente em relação aos jornais maiores. Ainda no século XIX é possível dizer que a imprensa feminina era definida por dois tipos de representações: a tradicional, que não permitia liberdade de ação fora do lar e que engradece as virtudes domésticas e as qualidades tidas “femininas”; e a progressiva, que defendia os direitos das mulheres, dando ênfase principalmente à educação (Buitoni, 2009).

Ainda de acordo com a Dulcília Buitoni (2009), no século XX, o crescimento da imprensa feminina se consolidava, ganhando popularidade as revistas ilustradas. Com o capitalismo se afirmando, nos grandes centros urbanos do país, as revistas e jornais já eram considerados empresas comerciais e industriais. Mesmo assim, ainda continuavam a surgir folhas operárias e revistas humorísticas de vida curta e efêmera.

No século XX, a cidade de São Paulo passa por inúmeras transformações, sociais e urbanas, que vão da imigração à industrialização e reformulação do eixo estrutural de suas vias. Este panorama de transformações, permite e facilita certos avanços inclusive no modo de se publicar. As novas possibilidades no meio impresso vão, aos poucos, abrindo espaço para que as publicações possam se voltar a públicos específicos, como por exemplo, ao operariado, às comunidades, aos imigrantes e às mulheres (Bonilha, 2013, p. 01).

Cabe ressaltar que o reconhecimento da imprensa como importante fonte histórica tem nos possibilitado resgatar momentos passados do cenário da vida cotidiana feminina, pois os jornais e revistas não são obras solitárias, mas:

[...] empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita (...). Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores (Luca, 2020, p. 140).

A imprensa registra, comenta, forma opiniões, distrai. Por isso é importante estar atentas/os para os aspectos da materialidade dos impressos, e entender que eles nada tem de “natural”, pelo contrário. Através de suas palavras e imagens reencontramos valores e comportamentos de um determinado tempo e espaço. E parte da consciência da riqueza documental dessa fonte fez aumentar a quantidade de estudos que usam a imprensa como suporte, pois: “Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê” (Luca, 2020, p. 132).

Quanto a Revista Feminina, essa surge na cidade de São Paulo no ano de 1914. De carreira sólida (publicada de 1914 à 1935) se dedicava especialmente às senhoras da elite e tinha em suas páginas materiais sobre artes, letras, moda, poesia, contos, informações, conhecimentos gerais etc.,

Trazendo questões como maternidade, cuidado com o lar e com os filhos, a revista conservou o status de mãe/mulher, porém também abriu espaço para falar sobre os novos tempos. Trouxe questões de lutas como voto, combate à violência, trabalho fora do lar e ensino superior para mulheres. E no meio de tudo isso, tentou inserir os preceitos de modernidade e higiene – que tanto circulavam pelo país em tal período – no ímpeto de ser uma leitura educativa (Soares; Barros, 2014).

A Revista Feminina era de propriedade da Empresa Feminina Brasileira, uma empresa que se dedicava à fabricação e comercialização de produtos voltados para o público feminino. Essa conexão entre a revista e a empresa reflete a abordagem de negócios que visava atender às necessidades e interesses das mulheres da elite da época. Havia muitas propagandas sobre como cuidar dos

cabelos, da pele, do cheiro dos corpos etc. que fazia menção a venda de algum produto da empresa citada, situada na cidade de São Paulo. A assinatura anual da revista girava em torno 8\$000 três mil réis, para todo país. A venda avulsa mensal custava 800 reis (esses valores são do ano de 1917). Essa integração entre a revista e a empresa provavelmente permitiu que a Revista Feminina tivesse recursos e apoio financeiro para continuar suas operações e manter um alto padrão de produção, destacando como as publicações da época muitas vezes tinham conexões comerciais e estratégias de negócios para atender a um público específico. Importante dizer que as publicações da revista estavam diretamente envolvidas na promoção e comercialização de produtos que atendiam aos padrões de beleza de um corpo quase sempre magro e de uma mulher branca ou branqueada em seus desenhos e fotografias.

Figura 1 – Seção “A beleza do rosto”



Fonte: Revista Feminina, ano II, número 10, março de 1915

O impresso circulou inicialmente no estado de São Paulo a partir de 1914 e no Rio de Janeiro a partir de 1924. Ao longo de suas edições, a Revista Feminina adotou uma estrutura organizacional que se concentrava principalmente em várias seções, incluindo temáticas ligadas ao trabalho de bordado, costura, decoração do lar e alimentação familiar. "Moda", "Trabalhos Femininos", "Como Enfeitar Minha Casa", "Trabalhos de agulha" e "Menu do meu marido", eram alguns dos editoriais que tinham como função levar informações para as mulheres sobre a diversidade dos trabalhos manuais. Além de contar em suas

páginas com gêneros diversos como contos, poesias, propagandas, cartas, entre outros.

Sobre essa última seção, “O menu do meu marido”, ela teve início logo nos primeiros números da revista. Nas primeiras edições – especificamente a partir do número 20, edição de janeiro de 1916 –, não há uma arte gráfica para o título da seção, mas apenas imagens sobre como fazer determinados pratos. A partir de 1916, algumas artes gráficas começaram a aparecer e se mantiveram por períodos, sendo alteradas ao longo dos anos da publicação. O interessante sobre o título da seção e as imagens é que, além de o lar ser retratado como um elemento de harmonia e felicidade ao redor das refeições fartas, há ainda a mensagem de que quem cozinha e serve é a mulher, sendo essa uma das suas funções domésticas. Além disso, não podemos deixar de notar que se trata de uma família branca – ou branqueada –, permeando todo um imaginário de grupo social branco, em um país majoritariamente constituído por população negra e parda.⁴

Figura 2 – O menu do meu marido



Fonte: Revista Feminina, n. 56, janeiro de 1919, ano VI, p.35

Vale ressaltar que a Revista Feminina, devido à sua grande relevância no período em que foi publicada, já foi explorada em estudos realizados em disciplinas como História, Comunicação, Moda e Saúde Pública. A diversidade de temas das pesquisas que tratam dessa publicação reflete, também, a variedade de temas presentes na própria revista, o que possibilita uma ampla gama de abordagens. E a proposta de construir uma pesquisa estabelece que sejam

⁴ Para tanto ver: PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. A Revista Feminina: decolonialidade, estética e educação das mulheres no Brasil no início do século XX. In: João Victor J.O.; Nádia Bueno Rezende; Cynthia Greive Veiga. (Org.). *Educação moral e educação estética: provocações para tempos republicanos*. 1ed.São Paulo: Ideias & Letras, 2026, v. p. 91-122.

avaliados os caminhos já percorridos por outros/as pesquisadores/as para que possamos ter uma pertinência social e acadêmica confirmada. Diante disso, essa revisão de literatura foi realizada a partir dos sites Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca da UNESP e a busca integrada da USP

A partir deste levantamento foi possível observar a ampliação de investigações sobre este periódico nos últimos 10 anos⁵. As temáticas dessas produções giram em torno da moda, literatura, trabalho feminino, educação, direito ao voto, moral e ética na Primeira República e sobre cuidados e beleza. Neste trabalho buscamos ampliar o olhar para conhecimentos já adquiridos no campo, e ir além do proposto nos estudos sobre a revista até o presente momento, mais especificamente problematizando a perspectiva eurocêntrica da revista.

Eurocentrismo e as mulheres através da Revista Feminina

Historicamente, como podemos pensar as diferenciações sexuais e como tais ideias chegaram ao Brasil? Da Europa, os primeiros colonizadores trouxeram essa mentalidade da desconfiança feminina e o sentimento que cabia a ela

⁵ a) Juliana Cristina Bonilha: *A produção literária na Revista Feminina (1915-1936)*, Artigo, 2013; b) Sílvia Maria Azevedo: *A Revista Feminina e a moda em tempos de guerra (1914-1918)*, Artigo, 2020; c) Giovanna Nardini: *A Revista Feminina na Primeira República: história, trabalho, educação e feminismo*, Dissertação, 2022; d) Amanda de Lima de Almeida: *Agulha, novelo, tecido e muito mais: lições de economia doméstica na Revista Feminina (1915-1918)* Dissertação, 2020; e) Ana Carolina Eiras Coelho Soares e Neide Célia Ferreira Barros: *As propagandas da Revista Feminina (1914-1936): a invenção do mito da beleza*, Artigo, 2014; f) Gisele Bischoff Gellacic: *Bonecas da moda: Um estudo sobre o corpo através da moda e da beleza Revista Feminina 1915 – 1936*, Dissertação, 2008; g) Juliana Cristina Bonilha: *Centenário da Revista Feminina (1915-1936): reflexões sobre seu percurso*, Artigo, 2016; h) Bárbara Heller: *Do cesto de costuras à mídia impressa: análise da participação de mulheres na imprensa feminina paulistana Revista Feminina (1914/1936)*, Anais de Congresso, 2003; i) Nathália Theophilo Lobato: *Estylo Chic a Preços Módicos? Gostos e públicos daloja Mappin Stores em São Paulo, 1913-1920*. Dissertação, 2018; j) Nádia Alibio e Aline Strelow: *Eu Sei Tudo: a revista feminina e a construção da mulher ideal no início do século XX*, Anais de Encontro, 2015; l) Sandra Lúcia Lopes Lima: *Imprensa feminina, Revista Feminina: a imprensa feminina no Brasil*, Artigo, 2007; m) Barbara Heller: *Jardim Fechado - A voz e a vez das leitoras da Revista Feminina*, Artigo, 2002; n) Ana Carolina Eiras Coelho Soares: *O menu de meu marido: narrativas visuais, história e práticas de gênero na revista feminina (1914-1936)*, Artigo, 2014; o) Juliana Cristina Bonilha: *Revista Feminina (1915-1936)- Tensão entre tradição e modernidade*, Tese, 2013; p) Virgínia Maria Netto Mancilha: *Vozes femininas: um estudo sobre a Revista Feminina e a luta pelo direito ao voto, ao trabalho e à instrução*. Dissertação, 2012.

obedecer aos homens. Entre os séculos XII e XVIII no continente europeu, a palavra “desigualdade”, para pensar o ser homem e o ser mulher, tomava forma, seja através da religião ou mesmo da medicina. A sociedade da era moderna procurava uma responsável pelo fim do paraíso. Tudo culpa de Eva? A mulher cometera o pecado original. Seja nos escritos da era grega clássica – Pandora abriu a caixa de todo o mal - ou na religião judaico-cristã, onde Eva ao “comer o fruto proibido” trouxe o inferno para a terra. Assim, culpada pelo fim do que era bom, só restava à mulher dedicar-se a pagar seus pecados e a contemplar Deus, domesticando seus desejos e servindo aos seres “mais evoluídos” do que elas: seus maridos, pais e filhos, ou seja, os homens. (Priore, 2020).

Junto com essa mentalidade, os colonizadores europeus levaram aos países colonizados, uma maneira particular de organizar a família: pai e mãe casados perante a Igreja. Somente através do sacramento cristão do casamento poder-se-iam educar os filhos e criar uma família. Já nos séculos XVIII e XIX filósofos europeus passaram a dissertar sobre como deveriam se comportar mulheres e homens nos espaços públicos e privados. Às mulheres em especial era escrito que:

Fichte: “sua feminilidade proporciona preferencialmente uma aptidão prática à mulher, mas em caso algum uma aptidão especulativa”. Por conseguinte, “as mulheres não podem ocupar cargos públicos”. Hegel fala da “vocação natural” dos dois sexos. “O homem tem sua vida real e substancial no Estado, na ciência ou em qualquer outra atividade do mesmo tipo. Digamos de modo geral no combate e no trabalho que opõe ao mundo exterior e a si mesmo.” A mulher, pelo contrário, é feita para a piedade e o interior “se se colocam mulheres à frente do governo, o Estado se encontra em perigo. Pois elas não acham conforme as exigências da coletividade, mas segundo os caprichos de sua inclinação e seus pensamentos”. August Comte vai ainda mais longe, já que fala da inaptidão “radical do sexo feminino para o governo, mesmo da simples família”, em virtude da “espécie de estado infantil contínuo” que caracteriza o sexo feminino. O doméstico não lhe poderia ser entregue sem controle; mais concorda-se em confiar às mulheres – dentro de certos limites – a família, a casa, núcleos da esfera privada. (Perrot, 2017, p. 187).

Ou seja, o homem (branco) foi designado pela literatura europeia dos séculos XVIII e XIX como o portador da razão e de se autodeterminar e de agir, não de acordo com os seus caprichos e suas pulsões, mas sim seguindo sua consciência segundo a lei moral (princípio Kantiano da moral). Já, em relação às

mulheres continuou a dominante tradição de que o sexo feminino responde aos instintos naturais.

Na América Latina tal ideário disseminou-se numa perspectiva universalizada da história criando assim o chamado “mito da modernidade”. Para Enrique Dussel (1993) o conceito emancipador de modernidade está encoberto em um “mito”, ou seja, a Europa seria o “fim” e o “centro” da História, porque ela se autorrealiza e não precisa aprender nada com outros mundos, outros povos e outras culturas. Citando Hegel,

O mundo se divide em Velho Mundo e Novo Mundo. O nome Novo Mundo provém do fato de que a América... não foi conhecida até há pouco pelos europeus. Mas não se acredite que a distinção é puramente externa. Aqui a divisão é essencial. Este mundo novo é não só relativamente, mas também absolutamente o é com respeito a todos os seus caracteres próprios, físicos e políticos... O mar de ilhas, que se estende entre a América do Sul e a Ásia, revela certa imaturidade no tocante também a sua origem... A nova Holanda também não deixa de apresentar características de juventude geográfica pois se, partindo das possessões inglesas, penetramos em seu território, descobrimos que ainda não abriram leito... Da América e de seu grau de civilização, especialmente no México e Peru, temos informação a respeito de seu desenvolvimento, mas como uma cultura inteiramente particular, que expira no momento em que o Espírito se aproxima dela... A inferioridade destes indivíduos é, em tudo, inteiramente evidente (Hegel, 1946⁶ *apud* Dussel, 1993, p.18).

O continente europeu seria então autossuficiente, situando outros povos e outras culturas na periferia do mundo. A Europa passa a ser tida como “centro” da História mundial elaborando assim um conceito de modernidade fundado na dominação e na violência do outro periférico. Assim, segundo Enrique Dussel (1993) a ideia do eurocentrismo passa pelo fato de que a Europa tem o direito absoluto sobre os outros povos por ser o continente portador “do Espírito” do desenvolvimento.

Esse processo deu origem a conhecidas dualidades estruturais, tais como bárbaro/civilizado, racional/irracional etc., ainda que os europeus colonizadores superassem radicalmente os povos dominados em todos os níveis de barbaridade e crueldade. (Veiga, 2022, p. 61).

⁶ A obra de Georg Wilhelm Friedrich Hegel que o Enrique Dussel está utilizando nessa citação é a Lições de Filosofia da História Universal, versão da Revista de *Occidente*, Buenos Aires, 1946, p.134.

Se as mulheres brancas eram tradicionalmente tidas como o “outro”, no caso das mulheres indígenas e pretas, a partir da violência e a opressão dos processos colonizadores passaram a ser consideradas o “outro do outro”. Ou seja, além das opressões costumeiras, sua subalternização concentrou-se na identificação pela etnia e raça.

Já as mulheres brancas de classe econômica mais elevada, vivendo nos grandes centros urbanos brasileiros (marcados pela modernização do transporte, da migração do campo para a cidade e das sociabilidades, em fins do século XIX e início do século XX) passaram a se influenciar, via periódicos principalmente, pela cultura europeia, em especial na moda, especificamente, francesa. Nesse cenário, recusava-se o antigo e abraçava o novo, onde o crescimento da influência francesa, em especial, nos modos de vida foi ganhando forma. “Imitar muito bem as maneiras francesas, trajando com rebuscamento e decência” (Priore, 2020, p. 113).

E é nesse contexto que surgem os primeiros periódicos editados e assinados por mulheres. No caso das revistas femininas o grande destaque era a seção de moda. De acordo com a Dulcília Buitoni (2009) a imprensa feminina e a moda estavam alinhadas mutuamente. Desde o século XIX, as publicações femininas brasileiras traziam elementos da moda, sendo a grande influência da cultura francesa nos estilos e tendências, construindo uma figura de mulher única, quase que global / universal.

Quadro 1 – A moda Revista Feminina (1915-1920)



Fonte: Revista Feminina – Elaboração própria.

A seção sobre Moda na Revista feminina era assinada por Marinette, uma das editoras mais antiga e regular da revista, e desempenhou um papel crucial no periódico. Ela era responsável por apresentar as tendências e informações mais recentes sobre moda às leitoras, e quase sempre com a inspiração no que estava se vestindo na Europa, em especial na França, e, evidentemente não levava em consideração as características do clima de um país tropical. Nessa seção ainda era possível encontrar conselhos de estilo, detalhes sobre as tendências da temporada e sugestões sobre como as leitoras poderiam incorporar essas tendências em seu próprio guarda-roupa.

Porém, é perceptível que os modelos apresentados dizem também da “estética da falta”, ou seja, nas páginas de moda da revista há um apagamento de

outras estéticas que caracterizariam as pessoas preta e indígenas. Um bom exemplo são croquis desenhados para ser publicado na revista. A imagem de mulheres brancas ou branqueadas são predominantes (quicá únicas) podendo identificar assim que a revista tem um público de leitora bem definido. E mesmo sendo o Brasil formado por uma diversidade estética de mulheres, tudo se padronizava no estilo importado, nesse momento, da Europa.

Nessa narrativa eurocentrada da Revista Feminina também encontramos imagens onde as pessoas negras estão ocupando lugares de desprezo, de zombarias e até de ofensas, tudo isso mascarado pela possibilidade de ser algo de humor ou de risos.

Figura 3 – A seara do riso



Fonte: Revista Feminina, ano V, número 55, dezembro de 1918.

Na imagem vemos um homem branco, um “caixeiro viajante”, que antes de dormir, solicitou a criada da hospedaria que o acordasse pela manhã. Ao ser acordado e ver que estava pintado de preto exclamou “Já é má sorte! Aposto um contra mil que essa criada idiota acordou o negro antes de me acordar a mim!”.

De acordo com Cynthia Greive Veiga (2022) a dinâmica da ausência e/ou presença de características de pessoas não brancas funciona como um reforço das relações de poder e é impulsionada por sentimentos de repulsa, podendo justificar o ato ideológico de “evitação social”. Nesse caso, o que falta é ativamente produzido como falta, como não existente, para dar lugar a um “homogêneo opressor dominante” (Veiga, 2022, p. 125).

Vale destacar que no Brasil de fins do século XIX e início do século XX há uma necessidade de importar o ideário de *belle époque* europeia. A ciência

européia vai ganhando cada vez mais espaço nas sociedades que se queriam “civilizadas”. Visões racistas de teóricos europeus como Arthur de Gobineau e Houston Chamberlain, que desde meados do século XIX escreviam sobre as desigualdades das raças humanas, ganhavam adeptos no Brasil. Segundo Abdias Nascimento (2016), a política imigratória (o incentivo do governo para vinda de imigrantes europeus para o país) tinha como instrumento básico o “processo de embranquecer o país”

A assunção prevalecente, inspirando nossas leis de imigração, considerava a população brasileira como feia e geneticamente inferior por causa da presença do sangue africano. Necessitava, conforme a receita de Arthur de Gobineau (1816-1882), influente diplomata e escritor francês, “fortalecer-se com a ajuda dos valores mais altos das raças europeias”. Gobineau previa que dentro de dois séculos a raça negra desapareceria por inteiro. Até mesmo Joaquim Nabuco, o enérgico defensor do escravo, estava comprometido na política do embranquecimento, expressando suas esperanças de que “esse admirável movimento migratório não concorre apenas para aumentar rapidamente, em nosso país, o coeficiente da massa ariana pura: mas também, cruzando-se e recruzando-se com a população mestiça, contribui para elevar, com igual rapidez, o teor ariano do nosso sangue (Nascimento, 2016, p.85).

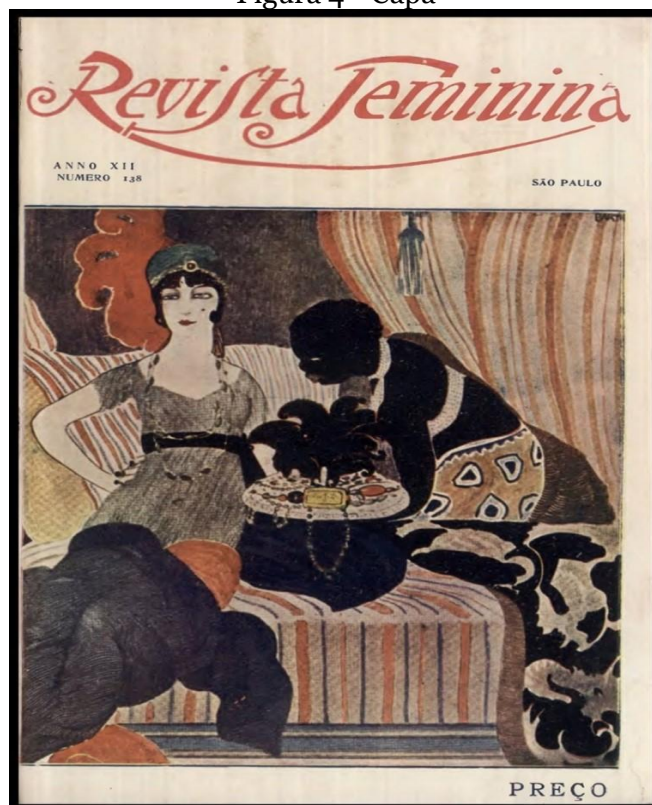
Ou seja, a proposta de tal política era a de salvação da nação, colocando-a nos trilhos do desenvolvimentismo através da população de imigrantes europeus. De acordo com Cynthia Greive Veiga (2022) as populações de afrodescendentes e os povos nativos eram tidos como “vergonha nacional” frente ao modelo de sociedade europeia e por isso tomados como atraso e impedimento para a modernização civilizadora.

Duas questões aparentemente contraditórias se apresentam: a necessidade de continuar alimentando a estigmatização de inferioridade dos afrodescendentes e os povos nativos como tática de dominação e a elaboração de mecanismos de inserção controlada dessas populações nos governos constitucionais em construção (...). A invisibilização das pessoas em seus direitos políticos, em sua diversidade cultural, em sua estética, se apresentou como estratégia principal tanto de manutenção da sua subalternização como de controle de sua experiência social (Veiga, 2022, p. 131).

Nesse sentido, a estigmatização e a inferiorização das populações não brancas também foi marcado pela “estetização do preconceito” discriminando a cor, os traços fenotípicos a depreciação das danças, músicas, falas, vestimentas etc. Um instrumento que contribuiu para isso foram os impressos, que circulando por meio de jornais e revistas, piadas, ilustrações estigmatizadas e/ou matérias

eurocentradas colocava, em muitos casos, as populações afrodescendentes e os povos originários em lugares de subalternidade.

Figura 4– Capa



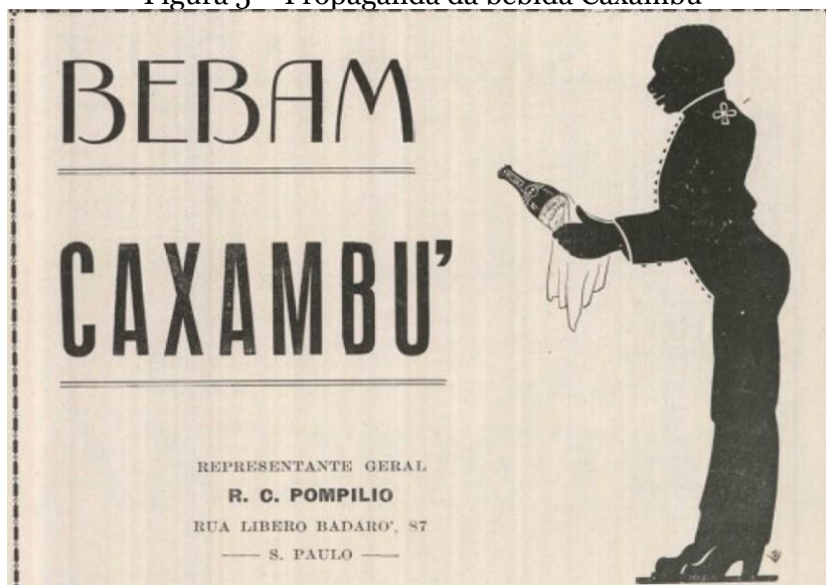
Fonte: Revista Feminina, ano XII, número 138, novembro de 1925

Um exemplo é a capa da Revista Feminina número 138. Nela a representação da mulher branca e da mulher preta expressa uma clara hierarquização humana pela cor de pele. Além do mais, se a mulher branca é retratada em pose de mulher europeia, a mulher preta teve seus traços caricaturizados. O lugar social da mulher preta, uma criada que serve a mulher branca, confirma a permanência da divisão racial do trabalho definida por Quijano (2005). Para ele, historicamente, indígenas e pessoas negras foram reduzidos a servidão e a escravidão afim de consolidar o sistema mercantilista e posteriormente o capitalismo mundial.

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégios dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos (Quijano, 2005, p. 110).

Noutro exemplo, temos, a propaganda da bebida Caxambu, que apresenta um homem negro também no lugar de alguém que está servindo. Vale frisar o fato de que apesar de não serem representadas pessoas negras em propagandas de beleza ou de moda, nas muitas edições da revista, quando são apresentadas estão em posição de serviço.

Figura 5 – Propaganda da bebida Caxambu



Fonte: Revista Feminina, ano XII, número 139, dezembro de 1925

Em Diário de Bitita, Maria Carolina de Jesus nos mostra um pouco dessa realidade de ex-escravizados/as pós abolição (1888), em especial da condição da mulher negra:

Os brancos, que eram os donos do Brasil, não defendiam os negros. Apenas sorriam achando graça de ver os negros correndo de um lado para outro. Procurando um refúgio, para não serem atingidos por uma bala. A minha bisavó Maria Abadia dizia: — Os brancos de agora já estão ficando melhor para os pretos. Agora, eles atiram para amedrontá-lo, antigamente atiravam para matá-los. E os pretos sorriam dizendo. — O Benedito virou lebre, quando viu os policiais. Quando os pretos falavam: — Nós agora, estamos em liberdade — eu pensava: “Mas que liberdade é esta se eles têm que correr das autoridades como se fossem culpados de crimes? Então o mundo já foi pior para os negros? Então o mundo é negro para o negro, e branco para o branco!” *Eu notava que, com as mulheres pretas, eles não mexiam muito. Não faziam elas correrem. Mas falavam palavrões para elas e mostravam o pênis, e eu fui dizer para a minha mãe: — Sabe mamãe, eu vi o homem mostrando, a vela para a Vitalina, e falou umas coisas que eu não compreendi. A filha da Vitalina chorou e disse que vai contar ao noivo dela* (Jesus, 1986, p. 56 – grifo nosso).

Como podemos observar no relato de Carolina Maria de Jesus, a situação das pessoas pretas no Brasil pós abolição ainda era o de subalternidade. Liberdade não significou igualdade, pelo contrário. E no caso da mulher negra, as situações de opressões ainda eram/são mais intensas, pois temos questões que se refere às intersecções⁷ (CRENSHAW, 2002). que as perpassam, como as de gênero e raça. É como se a mulher negra surgisse de “um não-lugar”, já que enfrenta um processo de exclusão não apenas na sociedade em geral, mas também dentro do próprio feminismo eurocentrado. Além disso, a questão de gênero aliada à de raça implica não somente em uma junção de pautas, porém em marcadores que se interseccionam e geram outros enfrentamentos.

Dessa forma, as mulheres negras, quando escravizadas, não foram constituídas como mulheres do mesmo modo que as brancas. Mas sim, foram construídas em termos sexuais e raciais, como fêmeas próximas dos animais, sexualizadas e sem direitos, em uma instituição que as excluía dos sistemas de casamento, por exemplo. A (re)produção da ideia de esposas do lar e cuidadora da família (patriarcalismo/sexismo), ou seja, o *modus operandi* da “dominação masculina” foi criado apenas pensando nas mulheres brancas. Por exemplo, o conceito de “lar doce lar” ou “*home sweet home*” introduzido pelos ingleses, tinha como proposta tornar a casa um lugar agradável, acolhedor. Decorar o lar tornou-se algo importante, tendo no comando da casa a esposa, já que o marido lhe delegava esse poder. O tema da decoração passou a ser assunto das revistas femininas, multiplicando os argumentos sobre “como confeccionar o lar ideal”. Um trecho do texto de Emma Drake⁸ - “Educação Materna”, para a Revista Feminina de Maio de 1915 - ilustra bem essa passagem:

[...] Muitas mães, porém não compreendem que ellas concretisam a idéa abstracta do lar e suppoem a sua tarefa

⁷ A interseccionalidade trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, as opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

⁸ Na Revista Feminina há vários textos de Emma Drake, incluindo "O Que Uma Noiva Deve Saber", "O Que a Mulher Deve Saber", "O Que Uma Boa Dona de Casa Deve Saber". A Dra. Emma Drake que assinava os textos na Revista Feminina é muito provavelmente a Emma F. Angell Drake, uma médica e sufragista associada à *Woman's Christian Union* (WCTU). Suas obras, como "*What a Young Wife Ought to Know*" (O que uma jovem esposa deve saber), têm títulos que guardam semelhanças com os das seções da revista, como "O Que Uma Noiva Deve Saber", "O Que a Mulher Deve Saber" e "O Que Uma Boa Dona de Casa Deve Saber". Isso sugere uma ligação significativa entre o trabalho de Emma Drake e os temas abordados na Revista Feminina.

terminada quando seus filhos estão nutridos, vestidos e preservados contra uns tantos perigos. A sua principal missão, porém, é de preparar os seus filhos que serão os homens e mulheres de amanha. (Drake, Emma. *Revista Feminina* de Maio de 1915, p. 15).⁹

Podemos perceber, que nesse caso, a mulher precisava entender um pouco de vários assuntos, como nos diz o artigo “A Mulher” de Zeny de Sá Goulart¹⁰ (IHGS, 2003) para a *Revista Feminina* de dezembro de 1915:

[...] É preciso que a mulher saiba um pouco de tudo, as sciencias naturaes, a hygiene, a physica, a chimica, a astronomia, a mathematica, a geographia, as artes, as indústrias, tudo representa uma necessidade real! A mestra deve ser Mãe, e é preciso que a mulher tenha uma somma grande de conhecimentos, para não perder uma interrogação do filho, porque a creança tem sempre interrogações, cuja explicação, na maior parte das vezes, a mãe, não lhe pode dar. É preciso um estudo profundo sobre a formação do character, sobre a educação, para que ella possa aproveitar todas as manifestações do filho, character ainda em embryão, e que ser formará segundo a sua orientação. (GOULART, Zeny de Sá. *Revista Feminina* de Dezembro de 1915, p. 22).

86

Enfim, a “mulher, mãe, educadora”, precisava dividir muito bem o seu tempo entre os afazeres domésticos, educação dos filhos e por ventura o trabalho fora do lar. Além disso, cabia as esposas administrarem as despesas da casa.

Mas, tendo em vista a estruturação das famílias pretas, das mulheres pobres, seria possível contemplar os conselhos dados às mulheres brancas pela *Revista Feminina* a realidade das mulheres não brancas? Elas não tinham muita essa opção de decorar casa ao estilo “burguês”. Nas cidades elas, mulheres pretas e pardas, construíam suas casas:

Com barro batido, mariscos, cipós, madeira e folhas (...) que pouco se diferenciavam das senzalas. Essas mulheres enfrentavam um grande desafio: os terrenos não ocupados eram raros e estavam localizados em locais de difícil edificação (...). Pardieiros, palhoças, casinhas e casas de pau a pique floresciam nesses insalubres territórios. (Priore, 2020, p. 117).

No Rio de Janeiro, a primeira possibilidade de ocupar terrenos urbanos

⁹ Optamos por manter a grafia e gramática da época.

¹⁰ Zeny de Sá Goulart nasceu em março de 1882, em Niterói. Em 1888 a família se transferiu para São Paulo, onde ela realizou todos os estudos. Mudou-se para Santos, após se casar com Mauro Goulart Penteado, funcionário público. Zeny foi Professora e Membro do Conselho Municipal da UDN (União Democrática Nacional) sendo eleita por esse partido por duas legislaturas, como vereadora da cidade de Santos, tendo sido a primeira mulher a exercer a vereança nessa cidade.

eram os chamados “morros cariocas”. Em São Paulo, por conta da grande imigração, a saída foi “o cortiço”, moradas operárias inspiradas nas senzalas. Esses modelos de casas eram construídos em terrenos baixos e baratos e tinham cômodos enfileirados, destinados cada um a uma família, sem importar o número de integrantes. Por isso, perceber que o sistema de dominação, nos quais gênero se articula com raça, nacionalidade, idade, não tem efeitos idênticos nas mulheres ao redor do globo.

Vemos, por meio de alguns exemplos da Revista Feminina, que podemos confirmar que a colonialidade, decorrente do eurocentrismo moderno, favorece a produção de estereótipos e define o que pode ser considerados critérios de civilidade. Nesse sentido, a colonialidade, se afirma na violência e negação do “Outro”. Por sua cor e cultura diversa, as pessoas diferentes do padrão europeu ficam marcadas pela interiorização, subalternação e desumanização, sendo tornadas invisíveis (*en-coberta*, DUSSEL, 1993) suas racionalidades e modos de ser e agir no mundo.

E nesse ínterim, segundo Martins (2012), a relação entre europeus, indígenas e africanos foi estabelecida de forma hierarquizada racialmente, fazendo que valores estéticos, artísticos, religiosos e culturais submetessem a uma cultura autodeclarada erudita, corroborando assim com a ideia de bárbaros e civilizados. Assim, pensar a ideia de decolonialidade, tem então, como atributo deslindar e estruturar historicamente a colonialidade do poder, do ser e do saber, contribuindo em pensar estratégias que transformem a realidade. Estratégias de superação desses padrões de colonialidade, para podermos reconciliar com nossas histórias, epistemologias e identidades.

Considerações finais

Pensar a subalternidade de povos negros e indígenas via processo de colonização é também pensar na estética da falta, onde através desse artigo pudemos demonstrar a importância dos conceitos de colonialidade do poder, do saber e do ser para a análise das edições da Revista Feminina. Especificamente identificamos a dimensão eurocêntrica da colonialidade do ser mulher em alguns artigos, bem como a colonialidade do ser e do poder nas questões voltadas para a estética e hierarquização racial na representação de mulheres.

É perceptível o quanto a revista contribuiu para a formação do “ser mulher” a partir de um viés eurocêntrico ocidental, mesmo que entre tensionamentos, mas com os discursos sobre o dever das mulheres, a moda e a forma de trabalho subalterno, pensadas a partir de mulher branca e/ou branqueada. Nesse sentido, a colonialidade é a outra face da modernidade, sendo que a modernidade funciona a partir de subjugar ideias e práticas não brancas, não eurocêtricas. Modernidade que assujeita, hierarquiza, violenta e cria desigualdades e racismos. Modernidade que se vale das “ausências” e classifica a população mundial de acordo com a ideia de raça pensada a partir da realidade do continente europeu.

Na revista foi possível identificar que as pessoas negras e indígenas foram invisibilizadas, pois as imagens são praticamente de pessoas brancas ou branqueadas. A moda é europeia, as residências e espaços são de lugares requintados, os produtos de beleza são pensados para mulheres brancas, enfim, tudo expressa um mundo elitizado. Mesmo sendo um país de diversidade étnico-racial, na Revista Feminina tudo parece se padronizar pelo estilo europeu.

E mesmo a revista, em alguns momentos, trazendo o status oscilante da mulher branca, isto é, ser elas próprias ou as *outras* dos homens brancos, a mulher negra e/ou indígena, não sendo nem branca e nem homem, no processo de colonização do ser e do poder, ela representa uma dupla ausência / falta. A mulher não branca é a outra da outra, sem status.

Portanto, vale destacar que para a elaboração de uma historiografia das mulheres é fundamental o processo de repensar as histórias escritas sobre as mulheres, e da retomada de múltiplas possibilidades as quais é possível reconhecerem que as vivências femininas são diversas e permeadas por intersecções. Por isso, a investigação realizada nesse texto, é importante para o exercício de entender que a ideia de colonialidade precisa ser repensada a partir de um processo de reconstruir histórias.

Referências

BONILHA, Juliana Cristina. A produção literária na Revista Feminina (1915-1936). In: Anais do SILEL. Volume 3, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2013

BITTONI, Dulcília Schroeder. A mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus editorial, 2ªed. 2009

- CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. *Revista estudos feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/#>.
- DUSSEL, Henrique. 1492 o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade (conferências de Frankfurt). Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- IHGS – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTOS. *Zeny de Sá Goulart*. Santos, 2003. Disponível em <https://www.ihgs.com.br/cadeiras/patronos/zenydesagaloulart.html>
- JESUS, Carolina Maria de. *Diário de Bitita*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 3.ed., 2020, p.111-154.
- MARTINS, Francisco André Silva. É possível construir um outro continente africano na escola? Experiência de um curso de aperfeiçoamento para professores. *Revista da ABPN, Uberlândia*, v. 4, n. 8, p. 170-191, jul./out. 2012. Disponível em <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/259/233>.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectivas. 3.ed., 2016.
- PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. A Revista Feminina: decolonialidade, estética e educação das mulheres no Brasil no início do século XX. In: João Victor J.O.; Nádia Bueno Rezende; Cynthia Greive Veiga. (Org.). *Educação moral e educação estética: provocações para tempos republicanos*. 1ed. São Paulo: Ideias & Letras, 2026, v. p. 91-122.
- PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2ª ed. 2017.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009. Editora UFPR.
- PRIORE, Mary Del. *Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil 1500-2000*. São Paulo: Planeta, 2020.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho; FERREIRA BARROS, Neide Célia. As propagandas da Revista Feminina (1914-1936): a invenção do mito da beleza. *Oficina do Historiador*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 106-120, 2014. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article>
SCIAS Edu., Com., Tec., Belo Horizonte, v.8, n.1, p. 68-90, jan./jun. 2026
e-ISSN:2674-905X

/view/1465.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, vol. 20, n.2 jul/dez, 1995 p. 71-99.

VEIGA, Cynthia Greive. A subalternidade e opressão racial: questões para a historiografia da educação latino-americana. São Paulo: Ed. Unesp / SBHE, 2022 (Coleção Diálogos em História da Educação).

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública, processo civilizador, modernidade eurocêntrica e exclusão sociorracial: diálogos com Anibal Quijano e Norbert Elias. In: VEIGA, Cynthia Greive; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. (org.). Historiografia da educação: abordagens teóricas e metodológicas - Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p.49-100.

90

Levantamento Documental: Fonte

Revista Feminina (São Paulo – SP).

Dezembro de 1914

Abril a dezembro de 1915

Janeiro a dezembro de 1916

Janeiro, março a dezembro de 1917

Janeiro a dezembro de 1918 à 1929

Acervos da Revista Feminina Disponíveis em:

BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO. Online.

Disponível em <http://www.delphos.biblioteca.unesp.br>

HEMEROTECA DIGITAL. Online. Disponível em:

<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.